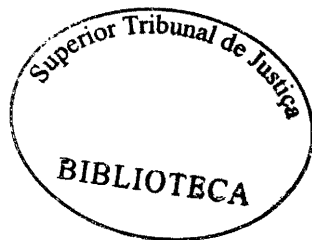


ELOY PEREIRA LEMOS JUNIOR

Professor Universitário do Mestrado e da Graduação em Direito da Universidade de Itaúna-MG (UIT), FAGED (Divinópolis-MG), UEMG (Passos-MG), UNI-BH, UNA (Belo Horizonte-MG) e da FADIPA (Ipatinga-MG)
Doutor em Direito Empresarial pela UFMG
Mestre e Especialista em Direito
Coordenador do Projeto Cidade Alteridade em Itaúna
Advogado



PROTEÇÃO JURÍDICA COLETIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

CONSERVAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL PARA AS FUTURAS GERAÇÕES



Belo Horizonte
2015

L557 p

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircêo Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Florisbal de Souza Del'Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2015.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Alexandre Bomfim

341.347 L557 Lemos Junior, Eloy Pereira
Proteção jurídica coletiva dos recursos hídricos: conservação como direito fundamental para as futuras gerações
Eloy Pereira Lemos Junior. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. 106p.

ISBN: 978-85-8238-136-6

1. Direito ambiental. 2. Recursos Hídricos. 3. Recursos hídricos - Proteção. 4. Água - Brasil. 5. Meio ambiente. I. Título.

CDD - 341.347

CDU - 34:504

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-nº 700

Rua Oriente, 445 - Serra

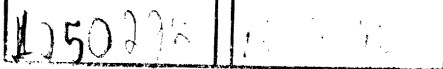
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA MÓSCAR SARAIVA

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Nº

DATA

Belo Horizonte
2015



SUMÁRIO

PREFÁCIO	X
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
ESBOÇO HISTÓRICO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	6
1.1. Histórico.....	6
1.2. Aquedutos.....	7
1.2.1. Aquedutos Romanos	8
1.2.2. Aquedutos de Portugal.....	8
1.3. Aproveitamento da água no Brasil	9
CAPÍTULO 2	
RECURSOS HÍDRICOS E SUA PROTEÇÃO NO DIREITO ALIENÍGENA.....	11
2.1. A importância do meio ambiente.....	11
2.1.1. A importância da água no meio ambiente.....	13
2.1.2. Na Europa	13
2.1.3. Nos Estados Unidos da América	14
2.1.4. No Mercosul	15
2.1.5. Na África	21
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS E LEGISLAÇÃO PÁTRIA REFERENTES À PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	24

3.1. Princípios norteadores do Direito Ambiental.....	24
3.1.1. Princípios constitucionais envolvidos.....	24
3.1.2. Princípios aplicáveis à água.....	29
3.1.2.1. Desenvolvimento sustentável.....	30
3.1.2.2. Princípio de prevenção	32
3.1.2.3. Princípio da precaução	32
3.1.2.4. Princípio da cooperação	33
3.1.2.5. Poluidor-pagador e usuário-pagador	36
3.1.2.6. Princípio da participação	37
3.1.2.7. A proporcionalidade e o meio ambiente.....	38
3.2. Noções gerais de legislação aplicada à espécie.....	39
3.3. Tratados, seminários e acordos internacionais.....	40
3.3.1. Leis especiais relativas à proteção das águas.....	41

CAPÍTULO 4

MEDIDAS APLICÁVEIS CONTRA O CAUSADOR DE DANOS AOS RECURSOS HÍDRICOS E PARA SUA PROTEÇÃO	44
4.1. Medidas aplicáveis no âmbito da competência administrativa.....	45
4.2. Medidas aplicáveis no âmbito cível.....	48
4.2.1. Responsabilidade civil subjetiva.....	48
4.2.2. Responsabilidade civil objetiva e teoria do risco integral	49
4.2.3. Responsabilidade solidária	50
4.3. Medidas aplicáveis no âmbito penal	51
4.3.1. Das penas privativas de liberdade.....	51
4.3.2. Das penas restritivas de direito.....	53
4.3.3. Responsabilidade das pessoas físicas e jurídicas.....	54
4.3.4. Aspectos processuais.....	55
4.4. Proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.....	59
4.5. Proteção ambiental e a função social da empresa.....	61

CAPÍTULO 5

CAPÍTULO V - PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	65
5.1. O Ministério Público	65
5.1.1. A atuação jurisdicional	65
5.1.2. O Ministério Público enquanto “parte” e enquanto “fiscal da lei”	72
5.2. Mandado de Injunção.....	73
5.2.1. Aspectos gerais.....	73
5.2.2. Competência	75
5.3. Ação Popular.....	76

5.3.1. Requisitos da ação.....	77
5.4. Ação Civil Pública	79
5.4.1. Conceito e objeto	80
5.4.2. O interesse de agir e a legitimação.....	81
5.4.3. A obrigatoriedade da Ação Civil Pública	82
5.5. Multas – finalidade de – conservação, preservação, proteção, prevenção e reparação aos danos causados aos recursos hídricos	83
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	91